

## A30 - ANALISTA DO MPU - PSICOLOGIA

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

#### Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

**8**

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

**9**

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

**10**

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

**11**

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

**12**

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

**13**

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

**14**

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

**15**

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

## Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

**18**

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

**19**

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

**20**

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar. Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**21**

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

**22**

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

**23**

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

**24**

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

**25**

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Noções de Administração Pública

**26**

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

**27**

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

**28**

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgaram que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

**29**

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

**30**

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

## MÓDULO II

### Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expedira determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União interviesse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

**35**

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

## Noções de Direito Administrativo

**36**

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

**37**

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

**38**

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

**39**

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

## Conhecimentos Específicos

41

Após retornar de uma licença médica prolongada, a operadora de *call center* Joyce foi deixada por seu chefe Edson sem acesso ao sistema da empresa por dois meses, mas foi obrigada a cumprir o horário integral em seu local de trabalho, sentada à sua mesa sem falar com os colegas.

Uma situação dessa natureza caracteriza:

- (A) constrangimento ilegal, na forma de regime de trabalho intermitente;
- (B) assédio moral vertical descendente, na forma de isolamento e ócio forçado;
- (C) discriminação de gênero, na forma de *manterrupting*, *mansplaining* e *gaslighting*;
- (D) assédio moral horizontal, na forma de privação da funcionária de seus instrumentos de trabalho;
- (E) assédio sexual do superior hierárquico à funcionária em função das relações de poder e de gênero.

42

O aluno Davi concorreu pelas cotas para pessoas com deficiência (PcD) e foi aprovado em uma universidade pública para cursar medicina. Ao passar pela banca de perícia psicossocial, Davi apresentou laudo médico que comprovava seu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de nível 1 de suporte, mas teve sua matrícula indeferida. A instituição alegou que não foram identificadas limitações significativas no candidato.

Com fundamento na legislação que dispõe sobre os direitos de PcD e pessoas com o TEA, é correto afirmar que:

- (A) no caso das pessoas com TEA, a lei distingue os níveis de suporte 1, 2 e 3 para a concessão dos direitos previstos;
- (B) a legislação prevê que os laudos médicos precisam ser complementados com a perícia psicossocial para a validação do direito;
- (C) o nível 1 de suporte do TEA é classificado como deficiência e autoriza a exclusão do candidato em processos seletivos a critério do organizador do certame;
- (D) a legislação não distingue os níveis de suporte demandados pelos indivíduos com TEA e confere a todos os mesmos direitos de qualquer PcD;
- (E) no caso de pessoas com TEA, as barreiras tecnológicas constituem o maior obstáculo à plena integração à vida comunitária e à educação.

43

Diferentes teorias da personalidade e do desenvolvimento compreendem a adolescência como uma fase com características que a distinguem de outros momentos do desenvolvimento humano.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a teoria psicossocial de Erik Erikson descreve o estágio da adolescência como sendo o do conflito entre integridade do ego e confusão de papéis;
- (B) para Carl Jung, durante a adolescência há um movimento no sentido da indiferenciação da identidade, com busca de independência e propósito na vida;
- (C) a psicanálise de Freud localiza na adolescência o estágio fálico, período em que os conflitos edípicos da infância são revisitados e a sexualidade genital é um aspecto central;
- (D) para René Spitz, a depressão anaclítica é uma condição que acomete adolescentes no momento de perda dos laços de dependência com relação aos pais ou cuidadores significativos;
- (E) a epistemologia genética de Jean Piaget identifica nessa fase da vida o estágio operatório formal, caracterizado pela capacidade de abstração e de raciocínio hipotético dedutivo.

**44**

Beatriz, 20 anos, tem bulimia nervosa desde a adolescência e, por fim, concordou em passar por uma entrevista psicológica.

A escolha da abordagem da entrevista motivacional pelo terapeuta nesse contexto visa a:

- (A) corrigir as percepções distorcidas que Beatriz apresenta com relação a sua imagem corporal;
- (B) lidar com a ambivalência e estimular a prontidão de Beatriz para a mudança e adesão ao tratamento;
- (C) inibir a compulsão alimentar de Beatriz por meio de um sistema de recompensas para os comportamentos desejáveis;
- (D) estimular Beatriz a ampliar sua rede de contatos sociais e de interesses, retirando seu foco de grupos que incentivam os transtornos alimentares;
- (E) promover em Beatriz o reconhecimento dos gatilhos que a levam ao padrão comportamental de ingestão de quantidades insuficientes de nutrientes.

**45**

O enfrentamento ao trabalho infantil exige uma abordagem integral e articulada, considerando os três níveis de prevenção (primária, secundária e terciária) e o envolvimento de diferentes atores da rede de proteção à infância e juventude, incluindo Estado, família, sociedade e comunidade.

A alternativa que NÃO se alinha com o combate a essa forma de violência, que afeta o presente e compromete o futuro de crianças e adolescentes, é:

- (A) a prevenção secundária busca identificar e intervir precocemente em situações de risco, sendo uma linha de ação o atendimento pelas equipes do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social);
- (B) ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários, vedado o trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso e realizado em locais prejudiciais à sua formação e em horários e locais que não permitam a frequência à escola;
- (C) garantia de acesso à educação de qualidade, com políticas que previnam a evasão escolar, e a sensibilização da sociedade quanto aos prejuízos do trabalho infantil para a formação educacional são ações de prevenção primária;
- (D) as formas de trabalho infantil que precisam ser combatidas incluem o trabalho doméstico, o emprego de mão de obra infantojuvenil no tráfico de drogas e a exploração sexual de crianças e adolescentes na prostituição;
- (E) como medida de prevenção terciária, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública deverão intervir, atuando para que sejam aplicadas medidas socioeducativas às crianças e adolescentes vítimas, e de responsabilização contra quem explora o trabalho infantil.

**46**

João, 9 anos, foi registrado apenas por sua mãe, que faleceu em decorrência de uma grave doença. João foi morar com seus avós maternos, que deverão formalizar o vínculo de responsabilidade legal através de uma ação de:

- (A) tutela;
- (B) adoção simples;
- (C) curatela;
- (D) guarda compartilhada;
- (E) reconhecimento de paternidade.

**47**

Algumas condições psiquiátricas apresentam risco aumentado para suicídio, como o transtorno de personalidade *borderline* e o transtorno afetivo bipolar. A terapia comportamental dialética foi desenvolvida a partir da terapia cognitivo-comportamental e incorporou outras estratégias com o objetivo de ajudar o paciente a desenvolver habilidades para lidar, entre outros, com sua desregulação emocional.

Em relação aos aspectos que caracterizam a desregulação emocional, analise os itens a seguir.

- I. Dificuldade em controlar comportamentos impulsivos.
- II. Reações fisiológicas intensas e desproporcionais a determinadas emoções.
- III. Domínio da modulação e do processamento das emoções e do humor.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) I e II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**48**

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz dispositivos específicos sobre a adoção internacional de crianças e adolescentes que devem ser observados.

De acordo com a legislação sobre a adoção internacional, é correto afirmar que:

- (A) é considerada adoção internacional aquela em que a criança ou adolescente tem a nacionalidade brasileira e os adotantes têm nacionalidade estrangeira ou vice-versa, independentemente de seu local de residência;
- (B) a adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro terá prioridade sobre a adoção nacional por casal brasileiro ou residente no Brasil quando restar comprovado que é vantajoso para a criança mudar de país;
- (C) será permitida a saída do adotando do território nacional em companhia dos adotantes estrangeiros tão logo seja deferida a guarda provisória no processo de adoção, aguardando-se a decisão final no país de residência;
- (D) a autorização para a adoção de uma criança ou adolescente no exterior ficará condicionada à comprovação da inexistência de crianças ou adolescentes brasileiros com perfil compatível com o desejado pelos adotantes brasileiros, após consulta aos cadastros nacionais;
- (E) somente terá lugar a adoção internacional de adolescente quando restar comprovado que este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, sendo necessário seu consentimento em audiência.

49

A conhecida pirâmide de Maslow é a representação gráfica da teoria do psicólogo americano Abraham Maslow sobre a hierarquia das necessidades dos indivíduos. Esse modelo vem sendo usado na área da psicologia organizacional para a compreensão de situações que são fonte de desmotivação e estresse para o trabalhador.

De acordo com esse modelo, nas situações de pejetização do trabalho e de falta de desafios e estagnação na carreira, as necessidades que estão sendo desatendidas são, respectivamente:

- (A) de autoestima e social;
- (B) fisiológica e de segurança;
- (C) de segurança e de autorrealização;
- (D) social e de perspectiva;
- (E) de proteção e de estima.

50

No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade XYZ, a equipe formada por médico psiquiatra, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e enfermeiro se reúne semanalmente para debater os casos de pacientes atendidos, avaliar os resultados obtidos e planejar o acompanhamento subsequente.

Esse modo de funcionamento se alinha com o modelo:

- (A) de equipe transdisciplinar, na qual o médico psiquiatra assume o papel de coordenação técnica da equipe e administrativa do equipamento;
- (B) de equipe multidisciplinar, na qual a liderança da equipe é exercida em rodízio, contemplando democraticamente todas as categorias profissionais;
- (C) de equipe pluriprofissional, na qual atuam profissionais das diferentes formações, resultando numa diluição das especificidades de cada categoria;
- (D) de equipe interdisciplinar, na qual há uma troca de saberes entre os profissionais de diferentes formações, visando à construção de um saber coletivo com foco no cuidado integral;
- (E) de equipe de matriciamento, na qual a prática de assistência aos pacientes está associada à formação acadêmica dos residentes, sob a supervisão do coordenador responsável.

51

Um projeto em debate no Senado exclui da herança o filho que abandonar pai ou mãe em hospitais ou instituições de longa permanência. O projeto propõe ainda o aumento da pena prevista no Estatuto da Pessoa Idosa para esse tipo de abandono. Esse projeto de lei se alinha com os dispositivos do Estatuto que preveem que:

- (A) os filhos poderão cobrar a pensão de alimentos de pais idosos que possuam patrimônio ou renda;
- (B) é vedada a internação da pessoa idosa com vínculo familiar conhecido em instituições de longa permanência;
- (C) a internação em instituições de longa permanência é reservada a pessoas idosas comprovadamente carentes materialmente;
- (D) é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar com absoluta prioridade o direito, entre outros, à convivência familiar;
- (E) a obrigação dos filhos de prestar assistência afetiva e material ao pai e/ou mãe idosos pode ser dispensada mediante a comprovação de abandono ou maus-tratos na infância.

52

O compositor e escritor Antonio Cicero, membro da Academia Brasileira de Letras, submeteu-se a um procedimento de suicídio assistido na Suíça. Diagnosticado com a doença de Alzheimer, Antonio Cicero declarou que esperava ter vivido com dignidade e esperava morrer com dignidade.

Sobre essa doença, é correto afirmar que se trata:

- (A) de transtorno do neurodesenvolvimento incapacitante, progressivo e fatal quando diagnosticado tardiamente;
- (B) de transtorno depressivo orgânico, que se caracteriza pela perda de funções cerebrais e declínio na linguagem;
- (C) da forma mais comum de transtorno neurotípico em pessoas de todas as idades, com predomínio nas faixas iniciais da velhice;
- (D) de condição neurológica degenerativa e incapacitante, também categorizada como demência senil no DSM-5;
- (E) de transtorno neurocognitivo maior, caracterizado por declínio na memória e na aprendizagem e em pelo menos outro domínio cognitivo.

53

Cláudia é psicóloga em uma clínica onde são realizados procedimentos de cirurgia plástica. Ela faz a avaliação psicológica dos pacientes encaminhados pela equipe médica com foco em diferentes aspectos, como as motivações subjacentes, as expectativas com relação aos resultados do procedimento e a preparação emocional para lidar com os desafios da fase pós-cirúrgica. Cláudia faz entrevistas semidirigidas, aplica testes projetivos e faz uso de seus conhecimentos de radiestesia para reunir as informações necessárias para os documentos psicológicos.

Com fundamento na legislação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) a respeito da avaliação psicológica, é correto afirmar que:

- (A) a psicóloga Cláudia tem como dever utilizar princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;
- (B) Cláudia pode fazer uso de recursos terapêuticos e diagnósticos não regulamentados pelo CFP, desde que com o conhecimento e consentimento expresso dos pacientes;
- (C) o Ministério da Saúde reconhece e relaciona as práticas integrativas e complementares em saúde que podem ser utilizadas no SUS, decisão a que o CFP fica automaticamente vinculado;
- (D) Cláudia pode se valer de técnicas não convencionais e habilidades de seu repertório pessoal vivencial para elaborar o psicodiagnóstico dos pacientes, devendo fazê-las constar no laudo de forma explícita;
- (E) a radiestesia não é um instrumento validado pelo CFP, mas seu uso é admitido dentro do princípio de que o psicólogo deve contribuir para a produção de conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias.

54

Erika, 30 anos, servidora do MPU, requereu algumas das condições especiais de trabalho previstas na Resolução CNMP nº 250/2022 tão logo confirmou sua gestação. Um mal-estar, no entanto, instalou-se em seu setor, com comentários de que “gravidez não é doença” e queixas ostensivas quanto ao ônus que acarretaria aos demais servidores a redistribuição das tarefas até o fim de todas as licenças e tratamentos diferenciados a que Erika faria jus por longo tempo, com visível deterioração do ambiente de trabalho.

Considerando a Resolução CNMP nº 265/2023, caberia, como intervenção restaurativa das relações:

- (A) a transferência/permuta de Erika para um setor com maior lotação de servidores, de forma a minimizar o impacto de seu horário especial e licenças sobre os demais colegas;
- (B) a capacitação de todos os servidores quanto aos termos da resolução que dispõe sobre os direitos de Erika e quanto à obrigatoriedade de estrita observância aos dispositivos ali previstos;
- (C) a identificação e instauração de processo administrativo em face dos servidores pela prática de discriminação e assédio moral descendente contra a servidora grávida;
- (D) a colocação em prática de estruturas de soluções de conflitos consensuais e mediadas, com a participação de Erika, dos colegas e da chefia como forma de obtenção da autocomposição e da superação dos riscos psicossociais;
- (E) o encaminhamento de Erika para uma psicoterapia individual, com o objetivo de fortalecê-la emocionalmente para lidar com a pressão atual e com as naturais demandas e mudanças que a maternidade acarretará em sua vida.

55

Colega de Erika, Inês está sendo ameaçada por seu ex-marido João que, inconformado com a separação e em franco descumprimento da medida protetiva de afastamento, a persegue em sua casa e local de trabalho. Inês quer ser removida para outra cidade.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e a Resolução CNMP nº 265/2023, é correto afirmar que:

- (A) decisões administrativas, como remoções, permutas, transferências, estão adstritas a situações referentes à dinâmica interna do ambiente de trabalho;
- (B) Inês deve ser orientada a manter sua lotação e a denunciar João pelo descumprimento da medida protetiva para a aplicação de pena restritiva de direitos pelo juiz;
- (C) o direito à remoção ou transferência é reservado às hipóteses de pais e responsáveis por crianças e adolescentes com doença ou deficiência e que requeiram assistência intensiva;
- (D) as regras das normativas internas do MPU, em caso de conflito de interesses entre a servidora e o serviço público, prevalecem sobre a legislação da esfera municipal, estadual ou federal;
- (E) a situação de violência doméstica faz com que Inês tenha acesso prioritário à remoção, sendo o fato aqui reconhecido pelo MPU como um fator de risco psicossocial que impacta sua saúde mental.

56

A Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, elenca, entre as formas de violência, a violência institucional. Sobre essa forma de violência, analise as afirmativas a seguir.

- I. A escuta especializada de crianças ou adolescentes vítimas realizada por órgão da rede de proteção é uma estratégia para a produção antecipada de provas judiciais que poupa a vítima da participação em audiência.
- II. Violência institucional é aquela praticada por agente público ou no desempenho de função pública por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à criança ou adolescente.
- III. A revitimização da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência por falta de fluxos de atendimento na rede de proteção caracteriza violência institucional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) I e II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

57

Ana Elise tem 2 anos e foi diagnosticada com pneumonia grave, o que exige sua internação hospitalar. Sua tia Mariana, que detém a guarda de Ana Elise, solicitou permanecer com a menina durante a internação.

Segundo as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, nessa hipótese específica, o hospital:

- (A) deverá permitir que a tia permaneça com a criança durante a internação;
- (B) deverá exigir a presença da mãe da criança durante a internação hospitalar;
- (C) poderá determinar a permanência do pai de Ana Elise junto da filha;
- (D) poderá impedir a permanência da tia diante da ausência de espaços adequados;
- (E) deverá exigir autorização judicial para permitir a permanência da tia no espaço hospitalar.

58

Luís Gustavo tem 11 anos e foi reprovado pela professora de matemática na escola. Irritado com a reprovação, o menino riscou o carro da professora com uma pedra, causando dano ao seu patrimônio.

De acordo com o ECA, é correto afirmar que:

- (A) o juiz da Vara de Família poderá determinar medidas socioeducativas diante do ato infracional praticado;
- (B) o Ministério Público é a autoridade competente para determinar as medidas diante desse ato infracional;
- (C) o magistrado da Vara de Infância detém a atribuição de aplicar medidas socioeducativas em Luís Gustavo;
- (D) o Conselho Tutelar tem a atribuição de aplicar medidas protetivas nesse caso;
- (E) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve decidir a medida nessa situação.

**59**

Mauro e Felipa são pais dos gêmeos Pedro e Antônio, de 9 anos. Foram realizadas denúncias ao Ministério Público sobre diversas negligências e maus-tratos praticados pelos pais contra os filhos, como nunca tê-los matriculado na escola, obrigando-os a vender balas em via pública.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as medidas a seguir.

- I. Advertência; encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; perda da guarda;
- II. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; suspensão ou destituição do poder familiar; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- III. Obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; inserção em regime de semiliberdade.

São medidas que podem ser aplicadas aos pais:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e II, apenas;
- (E) I, II e III.

**60**

A terapia cognitiva considera que a percepção do indivíduo e a interpretação das situações influenciam suas respostas emocionais e comportamentais para a experiência vivida.

A terapia cognitivo-comportamental, amplamente usada no tratamento da depressão, tem como um dos seus principais autores:

- (A) Carl Rogers;
- (B) Alfred Adler;
- (C) Aaron Beck;
- (D) Frederik Perls;
- (E) William James.

**61**

Aurora tem 60 anos e teve um mal súbito em casa. Sua filha a levou para receber atendimento em uma emergência hospitalar. Segundo as previsões contidas no Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

- (A) o Estatuto considera pessoa idosa quem tem acima de 65 anos, e Aurora tem 60 anos;
- (B) Aurora deve ter prioridade no atendimento de saúde por ser pessoa idosa;
- (C) o hospital deve atender criteriosamente todos os cidadãos por ordem de chegada, sem preferência;
- (D) a emergência hospitalar somente dá precedência no atendimento nas hipóteses de acidentes graves;
- (E) a unidade de saúde tem como única prioridade o atendimento preferencial de crianças e adolescentes.

**62**

Guilherme, um psicólogo do Ministério Público, está habilitado para adoção e aguardava para perfilhar sozinho, em adoção monoparental.

Recentemente, ele foi chamado pela Vara de Infância de sua área de moradia e teve a concessão da guarda judicial de seu filho Lucas, de 11 meses.

Na análise dessa situação hipotética, em consonância com a Resolução nº 250/2022 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é correto afirmar que Guilherme:

- (A) poderá ter o deferimento de condições especiais de trabalho por até 30 dias após o término da licença-adoção;
- (B) terá a concessão de 13 meses de condições especiais de trabalho, de forma a permanecer com o filho até que ele complete 24 meses;
- (C) poderá ter direito à concessão de condições especiais de trabalho por até seis meses após o término da licença-adoção;
- (D) terá direito à concessão de condições especiais de trabalho por 30 dias após o término da licença-paternidade;
- (E) terá direito à concessão de condições especiais de trabalho por 45 dias após o término da licença-adoção.

**63**

Em um momento de constantes transformações no mundo do trabalho, os profissionais experimentam contínuas tensões, como sobrecarga de trabalho, tarefas com prazos curtos, necessidade de aprendizado constante, mudança nos processos, excesso de horas de trabalho, incerteza quanto ao futuro e desgaste emocional cotidiano, situações essas que podem constituir um fator determinante de estresse no trabalho.

Com relação ao estresse relacionado ao ambiente laboral, é INCORRETO afirmar que:

- (A) estudos sobre a saúde do trabalhador enfatizam a importância da prevenção primária no local de trabalho, através da identificação e da modificação das condições laborais que possam constituir perigo para a saúde;
- (B) novas formas de adoecimento no trabalho se relacionam aos processos internos de reestruturação da produção, ao enxugamento do quadro de funcionários e à incorporação tecnológica;
- (C) os fatores psicossociais, tais como as experiências passadas, os determinantes genéticos e as condições de vida se interlaçam ao ambiente de trabalho, na eclosão do estresse no trabalho;
- (D) estratégias de coping são esforços conscientes e intencionais, cognitivos e comportamentais para lidar com situações de dano, de ameaça ou de desafio e podem ser positivas na adaptação do indivíduo e na redução do estresse;
- (E) mudanças de posição na hierarquia, impossibilidade de comunicação espontânea e manifestação de descontentamento relativa à organização ou ao trabalho podem proporcionar saúde e bem-estar.

**64**

Luciano é colaborador da empresa Caminhando Juntos e, em processo de gestão de desempenho, seu superior considerou que ele precisa desenvolver *hard skills*, e indicar processos formadores para isso.

Um exemplo de *hard skill* é:

- (A) aprendizado de idiomas estrangeiros;
- (B) habilidades comunicacionais;
- (C) capacidade de trabalhar em equipe;
- (D) aptidão para liderar grupos;
- (E) habilidade para resolução de problemas interpessoais.

**65**

Os investimentos em ações que elevem a qualidade de vida e o bem-estar dos funcionários nas empresas repercute diretamente em menores índices de *turnover*, presenteísmo e absenteísmo. Sobre o tema, analise as estratégias a seguir.

- I. Implementação de jornadas de trabalho flexíveis.
  - II. Incentivo do bom relacionamento no ambiente de trabalho.
  - III. Promoção do autocuidado.
- É(são) estratégia(s) que pode(m) favorecer o bem-estar no ambiente de trabalho:
- (A) I, apenas;
  - (B) II, apenas;
  - (C) III, apenas;
  - (D) I e II, apenas;
  - (E) I, II e III.

**66**

A Resolução nº 265/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público prevê como Ação de Prevenção em Saúde Mental:

- (A) promover em suas políticas institucionais a participação coletiva, a tolerância social, as interações positivas e a integração das minorias;
- (B) implantar políticas de combate a todos os tipos de assédio e de discriminação;
- (C) promover a educação e a formação dos integrantes acerca de métodos não contenciosos de solução dos conflitos intrainstitucionais;
- (D) promover a educação em saúde mental em caráter permanente e transversal;
- (E) inserir a temática da promoção e da prevenção em saúde mental nos cursos de formação e no âmbito da formação continuada dos integrantes da instituição.

**67**

Silvério apresenta grandes dificuldades de interação social desde a infância. Ele foge de situações novas por temer ser alvo de críticas, sofre de baixa autoestima, e se considera inferior aos outros.

Diante dos prejuízos sociais e emocionais que vivencia, procurou um psiquiatra, que avaliou seus comportamentos como compatíveis com a síndrome prevista no *Cluster C*, especificamente o transtorno de personalidade:

- (A) antissocial;
- (B) *borderline*;
- (C) evitante;
- (D) paranoide;
- (E) histriônica.

**68**

Frederico tem 12 anos e desde que seus pais se separaram, quando ele tinha 8 anos, expressa comportamentos desafiadores com figuras de autoridade, em que deliberadamente descumpra regras e orientações, discutindo e perdendo a calma de forma reiterada e constante, além de também apresentar dificuldade de assumir suas responsabilidades, culpando terceiros por seus erros.

Os comportamentos de Frederico são sugestivos do transtorno:

- (A) opositivo desafiador;
- (B) de ansiedade da separação;
- (C) do pânico;
- (D) de ansiedade generalizada;
- (E) fóbico.

**69**

A psicóloga Ana Maria é deficiente visual e foi fazer compras no intervalo do trabalho, acompanhada da amiga Mariana. Em uma loja no *shopping*, ao entrar para escolher roupas, a vendedora só se dirigiu à Mariana, não interagindo com Ana Maria, que era a efetiva consumidora naquele momento.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a conduta da vendedora expressa uma atitude que se caracteriza como barreira:

- (A) informacional;
- (B) atitudinal;
- (C) comunicacional;
- (D) tecnológica;
- (E) urbanística.

**70**

Sophia é psicóloga e presta serviços profissionais pela Internet desde o advento da pandemia de covid-19. A Resolução CFP nº 9/2024, regulamenta o exercício profissional da psicologia mediado por tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs).

De acordo com essa Resolução, é correto afirmar que:

- (A) Sophia deve verificar, quando solicitado o serviço prestado de forma remota, as características quanto à faixa etária das pessoas envolvidas nos serviços;
- (B) as manifestações públicas em relação aos serviços psicológicos prestados por Sophia são responsabilidade das plataformas e dos servidores digitais;
- (C) Sophia deve interromper o serviço profissional prestado de forma remota caso o usuário apresente comportamento aditivo em relação ao uso de redes sociais;
- (D) Sophia deve encaminhar os casos em atendimento virtual para serviço prestado simultaneamente na rede presencial em face das situações que envolvam sofrimento mental;
- (E) os limites legais para fins de orientação e fiscalização e atuação profissional são válidos também para os profissionais que residam em outros países e que ofereçam serviço mediado por TDICs.

**71**

A Resolução CFP nº 14/2023 regulamenta o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo na realização de avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

De acordo com essa Resolução, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação de riscos psicossociais é vedada em contexto de trabalho ligado a sistemas prisionais, sendo este regido por normativas específicas;
- (B) a avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho deve ser realizada em atendimento às normas estabelecidas pelos Ministérios do Trabalho e da Saúde, bem como de entidades privadas correlacionadas;
- (C) os resultados do processo de avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho devem assegurar o diagnóstico, prognóstico e tratamento indicado das pessoas atendidas;
- (D) a avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho deve ser realizada individualmente pela(o) psicóloga(o), limitando a se manifestar tecnicamente através de pareceres quando se tratar de equipe multiprofissional;
- (E) a(o) psicóloga(o), na condução da avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, deve investigar e diagnosticar as características da atividade e do processo de trabalho, do ambiente e da gestão do trabalho.

**72**

A psicóloga Mariane trabalha como assistente técnica e foi chamada a atuar numa ação judicial em que uma das partes se sentiu prejudicada com a avaliação psicológica realizada pelo perito. No processo, foram realizadas, também, avaliações por profissionais de outras áreas. O juiz concordou que poderia haver alguma inconsistência técnica na avaliação realizada pelo perito psicólogo, de tal maneira que Mariane foi indicada a fazer uma análise sobre o documento apresentado por ele, sem que fosse realizada uma nova avaliação ou intervenção psicológica.

De acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, o documento a ser produzido por Mariane chama-se:

- (A) declaração;
- (B) laudo psicológico;
- (C) parecer psicológico;
- (D) relatório psicológico;
- (E) relatório multiprofissional.

**73**

Simone e Camila são psicólogas e devem atuar, respectivamente, como perita e assistente, numa ação judicial de disputa de guarda de filhos.

De acordo com a Resolução CFP nº 008/2010, é correto afirmar que:

- (A) Camila deve evitar a formulação de quesitos para a perita Simone no caso de haver entre as profissionais uma relação pautada no respeito e na colaboração;
- (B) Camila deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos dos atendimentos periciais realizados por Simone, sendo vedado o contrário;
- (C) Camila pode atuar como assistente técnica mesmo sendo psicoterapeuta de uma das partes envolvidas no litígio, cuja vedação só seria válida para Simone na condição de perita;
- (D) Simone terá como tarefa decidir quem reúne melhores condições para o exercício da guarda, ao passo que Camila deverá questionar a metodologia e as conclusões realizadas pela psicóloga perita;
- (E) a perícia de Simone poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, testes psicológicos, recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidos pelo CFP.

**74**

Para o psicanalista Jacques Lacan, o sintoma da criança responde ao que existe de sintomático na estrutura familiar, podendo se articular em duas formas básicas. Na primeira forma de articulação, o sintoma infantil representa a verdade do casal familiar; na segunda forma, ele realiza a presença da criança como “objeto a”.

É correto afirmar que o sintoma infantil:

- (A) na primeira forma, está associado à perversão polimorfa e, na segunda, ao autismo infantil;
- (B) na primeira forma, corresponde à posição depressiva do desenvolvimento infantil e, na segunda, à posição esquizoparanoide;
- (C) na primeira forma, corresponde ao lugar condensador de gozo e, na segunda, é abertura da significação fálica para a criança;
- (D) na primeira forma, presentifica o objeto mais gozar através do corpo infantil e, na segunda, abre maiores possibilidades para as intervenções do analista;
- (E) na primeira forma, corresponde à articulação significativa conduzida pela metáfora paterna e, na segunda, envolve a exposição da criança às capturas fantasísticas da mãe.

**75**

A violência configura-se como um grave problema de saúde pública, em especial quando se trata da violência contra crianças e adolescentes, pois marca profundamente o desenvolvimento desse grupo etário, além de constituir flagrante violação aos direitos humanos.

Sobre o abuso sexual, é correto afirmar que:

- (A) a investigação psicológica deve se apoiar em sintomas específicos que determinam se houve abuso sexual ou não;
- (B) a notificação é obrigatória nos casos confirmados de violência contra crianças e adolescentes, e facultativa quando não houver vestígios materiais do abuso;
- (C) crianças e adolescentes, tanto do sexo feminino quanto masculino, são vítimas desse tipo de violência; entretanto, os meninos estão entre as principais vítimas;
- (D) o posicionamento do profissional como defensor das crianças é fundamental para que ele possa atuar como avaliador neutro diante dos casos de suspeita de abuso;
- (E) fatores subjetivos dos profissionais, bem como o contexto institucional e social em que atuam, podem afetar as conclusões e os seus encaminhamentos perante as situações de violência sexual.

**76**

Em um bairro de alta vulnerabilidade social de São Paulo, os atendimentos realizados pela Atenção Básica em Saúde têm sido caracterizados por frequentes demandas de medicalização do sofrimento mental das mulheres, em grande parte marcadas pela sobrecarga de cuidado junto às suas famílias e/ou situações diversas de violações de direitos, denotando as fortes disparidades de gênero ainda presentes na sociedade brasileira.

Ao atuar nesse cenário da Atenção Básica em Saúde, o psicólogo deverá:

- (A) ter uma linha de trabalho fundamentada na lógica curativa-individualista, atendendo clinicamente as mulheres que o requisitarem;
- (B) apoiar a criação de grupos sob sua coordenação que possam aconselhar as mulheres em relação às condutas corretas no exercício do cuidado familiar;
- (C) valorizar o saber médico, diagnosticando as mulheres em sofrimento mental grave a fim de encaminhá-las para a Atenção Especializada em Saúde;
- (D) construir um locus de atuação a partir da interconexão com outros saberes e com a comunidade, possibilitando enfrentamentos coletivos das questões;
- (E) fortalecer a psicologia enquanto área especializada da saúde mental, prescindindo do aporte assistencial dos demais trabalhadores da saúde.

**77**

O matriciamento é um processo de trabalho interdisciplinar com práticas que envolvem cuidado colaborativo e horizontalização na construção do conhecimento, sendo realizado por diversos profissionais da saúde.

Um desafio a ser enfrentado pelo(a) profissional psicólogo(a) na prática do matriciamento é:

- (A) o respeito ao sigilo profissional, na medida em que as ações da psicologia na saúde são majoritariamente isoladas;
- (B) o déficit de formação da psicologia para o desenvolvimento de modos de intervenção mais tecnicistas;
- (C) a existência de habilidades inerentes à psicologia, de modo que somente tais profissionais podem realizar aporte assistencial efetivo em saúde mental;
- (D) a não padronização dessa atividade, pois as ações da psicologia devem ser basicamente as mesmas, a despeito do local de atuação;
- (E) o predomínio de encaminhamentos para atendimentos clínicos em detrimento da aposta na articulação do cuidado por equipes de referência.

**78**

Em um município de pequeno porte do Estado do Rio de Janeiro, a demanda de cuidado para a saúde mental infantojuvenil tornou-se cada vez maior nas Unidades Básicas de Saúde. Segundo a percepção dos(as) agentes comunitários(as) de saúde, tal demanda estaria associada ao aumento da violência urbana no território.

Com base no conceito de determinação social do processo saúde-doença, é correto afirmar, acerca da relação entre violência urbana e saúde mental infantojuvenil, que:

- (A) a violência urbana influencia a saúde mental infantojuvenil; contudo, a principal determinação social do processo saúde-doença é biológica;
- (B) a violência urbana não influencia a saúde mental infantojuvenil, sendo esta relacionada a fatores relativos ao desenvolvimento psicossocial;
- (C) a violência urbana pode influenciar a saúde mental infantojuvenil, pois o processo saúde-doença resulta de um complexo de determinações;
- (D) a violência urbana pode influenciar a saúde mental infantojuvenil apenas se a violência doméstica e escolar atuarem conjuntamente no mesmo contexto;
- (E) a violência urbana determina a saúde mental infantojuvenil, pois os fatores macrosociais são preponderantes no nexo causal que explica o processo saúde-doença.

**79**

O trabalho da psicologia com grupos tem um papel fundamental no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo um espaço potencial de emancipação e transformação para sujeitos e coletivos no enfrentamento de situações de vulnerabilidade.

O trabalho com grupos no SUAS é importante na medida em que:

- (A) possibilita o reconhecimento de violações de direitos, a expressão da realidade social e a não culpabilização individual;
- (B) é a alternativa possível em um cenário de precarização das políticas públicas, mas não a melhor escolha ética;
- (C) é uma estratégia de cuidado que deve substituir as psicoterapias, que tendem a ser de alto custo e de difícil acesso para a população;
- (D) prescinde de uma compreensão singularizada dos problemas vivenciados, uma vez que a gênese do sofrimento é social;
- (E) produz melhor categorização dos sujeitos sociais de acordo com os seus diagnósticos, ofertando intervenções de maior eficácia técnica.

**80**

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, “[o] psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Resolução CFP nº 010/2005, p. 7).

No que se refere à atuação no campo de álcool e outras drogas, considerando a dimensão ético-política da psicologia, o(a) psicólogo(a) deve:

- (A) distinguir os usuários cuja perda de autonomia se instaurou, ofertando tutela para que os mesmos possam ser protegidos;
- (B) priorizar o trabalho junto à população em situação de rua, sobretudo mulheres gestantes, com práticas predominantemente de recolhimento que garantam seus direitos;
- (C) garantir que a questão das drogas seja circunscrita ao campo da saúde, possibilitando que os usuários tenham acesso às internações hospitalares de que necessitam;
- (D) viabilizar estratégias de cuidado que fortaleçam a possibilidade de abstinência do uso de drogas, tais como as comunidades terapêuticas vinculadas à atenção psicossocial;
- (E) atuar de modo intersetorial na perspectiva da garantia de direitos, enfrentando a lógica reducionista que aborda a questão das drogas pela via da doença e periculosidade.

## PROVA DISCURSIVA

---

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO



Realização

